

O SENTIDO E SUA NATUREZA: uma busca por elos e palavras

LE SENS ET SA NATURE: une recherche d'enlacements et de mots

Ariel Montes Lima¹

RESUMO

O presente artigo trata da questão da natureza do sentido na linguagem, com uma abordagem filosófica. Destacamos que a palavra não se relaciona diretamente com os objetos que nomeia, mas com uma rede sistêmica de signos e convenções constituídos social, cultural e historicamente em cada sociedade. Discutimos ainda o problema do Solipsismo e como uma definição da natureza do sentido está intimamente ligada à certeza da experiência do mundo vivenciada pelo sujeito. Adiante, abordamos a questão do Relativismo Linguístico e estabelecemos duas macropossibilidades para a composição do sentido: uma corrente soft e outra hard. Propomos também uma alegoria do Paradoxo do Estádio para explicar a autonomia criativa relativa do sentido no contexto do emprego cotidiano do idioma pelos falantes. Finalmente, ressaltamos que a reflexão oferece ferramentas para uma futura e mais aprofundada análise do problema.

Palavras-Chave: Sentido. Filosofia da Linguagem. Linguística.

RÉSUMÉ

Cet article traite de la question de la nature du sens dans le langage, avec une approche philosophique. Nous soulignons que le mot n'est pas directement lié aux objets qu'il nomme, mais à un réseau systémique de signes et de conventions constitué socialement, culturellement et historiquement dans chaque société. Nous discutons également du problème du solipsisme et comment une définition de la nature du sens est étroitement liée au certificat de l'expérience du monde vécue par le sujet. Plus loin, nous abordons la question du relativisme linguistique et établissons deux macro-possibilités pour la composition du sens : un courant doux et un courant dur. Nous proposons également une allégorie du Paradoxe du Stade pour expliquer la relative autonomie créatrice du sens dans le contexte de l'usage quotidien de la langue par les locuteurs. Enfin, nous soulignons que la réflexion offre des outils pour une analyse future et approfondie du problème.

Mots clés: Sens. Philosophie du langage. Linguistique.

INTRODUÇÃO

Entre as questões linguísticas mais primevas, a problemática em volta do sentido é uma das que merece maior relevo em termos de investigação científica. Isso porque a relação entre os sujeitos, as línguas, os objetos e os sentidos ainda se revela bastante obscura quando observamos o quão borradas são as fronteiras que divisam semelhantes elementos. Afinal, o *modus vivendi* humano se baseia, sobretudo, na complexa rede semiótica das línguas, que,

¹ Pessoa Trans *non-binary*, graduada em História pela Faculdade Unyleya e graduanda em Letras-Espanhol pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atua como professora-bolsista de língua espanhola na UFMT. E-mail: garielfelipe0308@gmail.com

através de seu “jogo de representações”, formula uma representação do mundo extremamente complexa, na qual se confundem os elementos da “trama”.

A princípio, a base platônica estabeleceu uma relação de correspondência entre palavra e objeto, na qual a palavra representava exata e aprioristicamente o objeto ao qual se referia. Assim, o sujeito concebe tal díade como uma ligação natural.

Todavia, com a evolução da linguística como ciência, a teoria saussuriana postula a relação como arbitrária e não mais baseada na díade palavra-objeto, mas no paradigma imagem acústica-conceito. Isso corresponde a um significativo câmbio axiológico na abordagem em questão, pois a atenção deixa de focar-se especificamente na relação palavra-objeto para deter-se sobre o processo de arbitrariedade da associação ao conceito socialmente compartilhado do objeto. Além disso, tal relação fundamenta-se também na impossibilidade de reproduzir um mesmo conceito usando de diferentes imagens acústicas, pois a base telúrica da linguagem está, para Saussure, intimamente ligada ao significado abstrato por ela impresso. Em outras palavras, a forma participa ativamente da construção semiótica do conteúdo que expressa.

Nesse sentido, voltando a mirada para as correntes contemporâneas, sobretudo o Gerativismo e o Relativismo Linguístico, nos deparamos com um problema teórico grave que antecede a questão: há um sentido compartilhado(ável) entre as línguas? Isto é, se é refutada a tese saussuriana da impossibilidade de descolamento de significado e significante para um posterior compartilhamento do primeiro, algo que facultaria uma comunicação transparente entre sujeitos.

Com efeito, devemos, antes de outras considerações, delimitar também a qual conceito de natureza nos referimos no título de nosso ensaio. Não é, contudo, possível um esgotamento enunciativo que delimite todas as fronteiras do que objetivamos tratar. Isso, que é, inclusive, matéria metatextual do próprio ensaio. Ressaltamos, entretanto, que, por natureza, nos referimos à definição das múltiplas propriedades, comportamentos, acepções e possibilidades interpretativas do termo “sentido” em sua relação de compartilhamento social a partir de uma base sintagmática. É, portanto, com essa problemática teórica que trabalhamos em nosso estudo.

DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Para que possamos iniciar nosso trabalho analítico, é mister, antes de tudo, que delimitemos qual nosso objeto de estudo. Assim sendo, principiamos nossa delimitação a partir do ponto de que o sentido não pode ser puramente apreendido, senão tendo em vista uma base concreta sobre a qual se pode apreender a acepção metatextual ali empregada. É dizer: não se pode delimitar o sentido de uma palavra ou sentença por si mesmo, tal que, para que haja o sentido, é, antes, preciso que haja uma base apreensível que o construa. Isso porque, segundo Saussure (2012), o sentido e a forma estão intrinsecamente relacionados, tal que um não pode existir sem o outro.

O pressuposto saussuriano de indissociabilidade entre forma e conteúdo é um ponto de partida para a construção da análise que aqui objetivamos realizar. Sem embargo, é preciso considerarmos outro fator nessa abordagem: a natureza da linguagem humana. Isto é, Chomsky (1957, 1959, 1965, 1972, 1981, 1986, 1995) mantém uma posição – base do Gerativismo – de que a linguagem, como faculdade humana, é compartilhada por toda a espécie, sendo, por isso, responsável pelo desenvolvimento de determinadas similitudes entre as línguas, resultado de uma mesma origem (não evolutiva, mas enquanto base de produção). Ou seja, não necessariamente as línguas são estruturalmente semelhantes por partirem de uma mesma origem, mas porque a linguagem humana está condicionada pela própria condição do ser humano. Em uma célebre alegoria para tal pensamento, conta-se que o pesquisador haveria dito que, se um linguista de Marte viesse à Terra, ouviria todas as línguas como dialetos de um mesmo idioma.

A base de pensamento de Saussure se complementa com a vertente de Chomsky. Se, por um lado, Saussure se fixa nas regras que compõem a metalinguagem do sistema, Chomsky se detém sobre a própria natureza do “jogo linguístico”.

Não obstante, outra corrente de pensamento precisa ser considerada na investigação: as diversas linhas de pesquisa alcunhadas Relativismo Linguístico. À sustentação de tal vertente, consideramos os trabalhos de Cardoso (2021), Cunha (2011), Lucy (1997), Rodríguez (2007), Sapir (1980, 1954) e Whorf (1978), cujo pensamento tem por expoente, em síntese, a máxima de que a língua e o pensamento são indissociáveis. Isso não implica, em um primeiro momento, uma oposição às ideias chomskianas.

Contudo, ao nos determos especificamente sobre a questão do Sentido em diferentes perspectivas, principiamos a delimitação do objeto como, estritamente, o sentido apreendido a partir das estruturas empregadas em sua construção. Ou seja, não temos por enfoque propriamente a natureza estrutural da língua, mas a acepção de sentido construída a partir das construções lexicais, sintáticas, fonéticas e morfológicas ali movimentadas por um sujeito partícipe do conjunto estrutural do idioma.

Portanto, nossa análise se detém na busca por uma definição da(s) natureza(s) do sentido e sua respectiva análise tendo em vista a pluralidade de sistemas linguísticos conhecidos e suas idiossincrasias.

ABORDAGEM TEÓRICA

Partindo da abordagem de Silva (2019, p. 1), a qual concebe que:

A Filosofia estuda as causas últimas (ou supremas), enquanto as ciências experimentais estudam as causas imediatas. Por exemplo, ao estudar o movimento, a física capta o tema por meio de forças, fricções, pesos e balanços, que afetam os corpos. Estas são as causas imediatas, e elas são distinguidas porque sempre permanecem no plano do sensível e do experimentável. Em vez disso, a Filosofia examina os dois princípios que explicam todos os demais, os tornando em sua forma essencial, ou seja, o ato (exemplo: o ato de atritar duas madeiras até produzir fogo) e a potência (exemplo: a potência de um carro que vai de 0 a 100 Km/h em questão de segundos). Essas são causas supremas e não permanecem mais no nível sensível; elas são capturadas apenas no nível inteligível.

Esclarecemos que nossa abordagem tem por viés o olhar filosófico para com o problema do sentido. Ou seja, não nos detemos sobre o sentido comparativo entre sistemas linguísticos X ou Y e como estes se estruturam dentro de sua lógica interna, mas sobre a seguinte questão: se há um sentido restrito ou se o sentido é construído em uma relação de contato e qual sua (ou suas) natureza(s). Assim, principiamos, partindo de Wittgenstein (1994), a explorar o aspecto subjacente na relação entre língua e cognição.

Nossa pesquisa, nesse ínterim, se desenvolve enquanto uma revisão de literatura, ainda que reconheça a impossibilidade de esgotamento do tema em questão.

A PALAVRA E O SENTIDO

Historicamente, um dos primeiros problemas investigados pela (ainda incipiente) ciência da linguagem foi a relação entre a palavra e o objeto. Platão (2001) propõe uma relação de natureza apriorística entre nome e objeto, abordagem essa fundamentada na ideia de representação do objeto pela palavra.

Todavia, com a publicação do Curso de Linguística Geral em 1916, a linguística consagrou como arbitrária a relação entre palavra e objeto. Isso encerrou a questão platônica, porém deu margens a um novo problema teórico: a relação entre a palavra e o sentido.

Em relação à natureza representacional da linguagem, assunto que é antessala da compreensão da relação palavra-sentido, Frege (2012) afirma que:

As razões que parecem depor a seu favor são as seguintes: $a = a$ e $a = b$ são nitidamente frases com valores cognitivos diferentes: $a = a$ vale *a priori* e, conforme Kant, deve ser denominada “analítica”, enquanto frases da forma $a = b$ geralmente contêm ampliações valiosas do nosso conhecimento e nem sempre podem ser justificadas *a priori*.

Isso implica, segundo a visão do autor, dizermos que a relação linguística distancia a noção de objeto = objeto para palavra = objeto.

No entanto, em face da relação $a = b$, Saussure (2012) reiteradamente destaca que a relação linguística não é entre a palavra e o objeto, mas entre a imagem acústica e o sentido. Isso quer dizer que a sequência sonora /'kẽw̃/ se relaciona com um conjunto de imaginários socialmente compartilhados acerca do que representa o animal cão.

Portanto, não se pode definir que $a = b$, mas que $a = b = c$, uma vez que o objeto se liga à palavra fonológica (que pode evoluir ou não para uma integração ao sistema gráfico) e a palavra se liga ao conceito.

Sem embargo, também o objeto se liga a seu conceito, mas apenas depois de uma assimilação linguística de um sentido, tal que é preciso, antes de mais nada, que haja a palavra para a compreensão do objeto. Na realidade, seguindo pelo pensamento de Humboldt (2002), as palavras enquanto matéria linguística ocupam posição de destaque, pois, segundo o autor, seriam elas as responsáveis pela composição do sentido. Assim, a palavra para Humboldt possui um papel fundante na composição do sentido daquilo que representa.

Para Rodríguez (2007), a seu turno, o sentido está relacionado diretamente à cultura em que a língua se desenvolveu. Sapir (1980, 1954) reforça a mesma ideia. Para Martins e Zavaglia (2021, p. 247):

A diversidade linguística reflete a relação entre a representação mental e a representação formal. Em suma, existe uma influência mútua entre o processamento conceitual e a organização linguística da nossa percepção da realidade.

Em relação à posição do Estruturalismo Saussuriano, Menezes (2014, p. 05) pontua que:

Se pensarmos que cada idioma corresponde a um sistema único, com seus respectivos signos, diremos que a tradução é impossível. A própria noção de signo, já explicitada neste trabalho, implica um relativismo e, assim, a intraduzibilidade, pois não há como separarmos conceito de imagem acústica.

Em suma, podemos concluir que a relação entre palavra e objeto não é, de modo algum, direta, mas sim que o sentido atribuído aos sintagmas se insere dentro de um construto imaginário e semiótico que, ao invés de representar um conceito, cria novos paradigmas para sua compreensão. Isso significa nos depararmos com outra questão a ser pensada: a perspectiva de mundo externo ao eu nas concepções linguísticas de sentido.

Embora as primeiras ideias de que:

[...] cada coisa tem por natureza um nome apropriado e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes, com designá-las por determinadas vozes, de sua língua, mas que, por natureza, têm sentido certo, sempre o mesmo, tanto entre os helenos como entre os bárbaros em geral. (PLATÃO, 2001, p. 145).

Não tenham subsistido às sucessivas viradas teóricas dentro da linguística, a herança platônica sobre o pensamento ocidental se manteve, alicerçada pela noção de que o mundo existe por si mesmo e que, por isso, é possível uma interpretação dele por sua própria natureza. É dizer: que é possível a apreensão dos objetos ignorando o observador, como se fosse possível uma leitura absoluta e transparente de uma realidade subsistente *per se*.

Ocker (2022, p. 21), em contraposição ao apresentado, destaca que: “Não existe caminho do meio. Todas as posições são um caminho subjetivo”. Isto é, a observação de um objeto qualquer está condicionada à perspectiva de observação pelo sujeito adotada, pois:

A escrita (manifestação da língua) não emerge do vácuo, mas de uma conjuntura discursiva e social na qual a pessoa escritora emite seu discurso. Desse modo, o que é dito e quem o diz estão intrinsecamente ligados. (OCKER, 2022, grifo nosso).

Além disso, Forquin (2000, p. 48) argumenta que:

Rigorosamente, o universal opõe-se ao particular mais que ao relativo, sendo o absoluto o contrário do relativo. Mas as palavras possuem diversos sentidos na linguagem do senso comum, e é em relação a um contexto, a uma problemática socialmente reconhecida, em um dado momento, que sua pertinência se estabelece.

Enfim, não se pode definir com precisão que a palavra se ligue com o objeto a que se refere, uma vez que sua filiação com o sentido está construída no sistema que a produziu, não sendo possível sua reprodução integral fora desse.

Também se pode concluir que o sentido como um ente analisável não é compartilhado integralmente, baseando-nos em Forquin, senão que diversos elementos coadunam para os câmbios interpretativos do discurso. Em relação a isso, também Pêcheux (2002) salienta a relevância do contexto de produção de atos de fala específicos, algo que caracteriza a usabilidade do léxico – que não subsiste como partícula isolada do idioma, mas como organismo relacional do sistema linguístico.

OS (DES)COMPARTILHAMENTOS SOCIAIS DO SENTIDO: O EU, A LÍNGUA, O MUNDO E O SOLIPSISMO DA TERCEIRA VIA

A análise do compartilhamento ou não do sentido em um meio social, precede outro problema digno de observação: a delimitação do eu em meio à estrutura linguística, herança histórico-cultural que o precedeu, tal que se possa estabelecer uma noção individual de quem é esse eu que somente pode se expressar por intermédio de um sistema anterior e cujas próprias nuances lexicais exprimem noções ideológicas particulares não propriamente ao sujeito, mas ao povo do qual ele faz parte.

Em relação ao eu e à língua, nos deparamos com o problema do solipsismo. Isto é, com a limitação existencial do ser no lidar com o que não seja propriamente o próprio eu: o que se apresenta na dificuldade de se poder depreender a natureza de algo externo ao indivíduo. Podemos expandir esse problema no campo da linguagem dentro do que Faria e Rodrigues (2011, p. 57) caracterizam como solipsismo semântico, segundo o qual os significados das palavras seriam fundamentados unicamente em entidades mentais acessíveis ao usuário dessa linguagem. É dizer: não se pode estabelecer um sentido único às palavras tendo em vista apenas o contexto de produção, como destaca Pêcheux (2002). É necessário também considerar a construção subjetiva do indivíduo que se vale da linguagem.

Outrossim, tal posição revela um certo grau de particularidade à linguagem, o que contrapõe a ideia de herança cultural. Lacan (2001), por sua parte, defende a primazia do inconsciente enquanto uma formação baseada na linguagem, o que vai de encontro às ideias de Saussure acerca da inalienabilidade forma-conteúdo, a partir do momento em que desloca a posição do significado não mais atrelado ao significante, mas ao receptor da carga telúrica sobre a qual se funda o sentido do objeto.

Ainda de acordo com Lacan (1966), a noção da díade forma-conteúdo é enfraquecida, cedendo posição à ideia de que os conteúdos estão dissociados do sentido que carregam. Segundo Castro (2009, p. 05), em Lacan “há uma autonomização do significante, que atua de forma dissociada de sua significação e à revelia do sujeito”. Ainda a respeito disso, é defendida a ideia de haver “um deslizamento incessante do significado sob o significante” (LACAN, 1966, p. 502).

Não se pode dizer que a posição lacaniana seja solipsista. Sem embargo, a relação que o estudioso assume valoriza em muito maior medida o fator individual na concepção de sentidos. Ao mesmo tempo, o pesquisador parece confundir as noções de língua e linguagem, como em Lacan (1966), em cujo texto é apresentada a alegoria do banheiro de damas e cavalheiros, uma associação visual e material que não refuta a ideia do signo abstrato de Saussure. Em contrário: o psicanalista cria uma “para-teoria” baseada em uma interpretação do estruturalismo saussuriano. Portanto, não há como dizer que a ideia em questão se fundamente suficientemente para ser considerada válida a nível linguístico.

Desse modo, a noção de solipsismo semântico não é o real problema a ser trabalhado no presente trabalho.

Ainda quanto às outras possíveis acepções da palavra, Faria e Rodrigues (2011, p. 57) salientam ainda que:

No *The Cambridge Dictionary of Philosophy*, Audi (1995) discrimina cinco formas de se pensar o solipsismo. A primeira delas seria o solipsismo enfático, ou seja, a ideia de que as experiências de um ser seriam exclusivamente desse ser. O (...) psicológico, por sua vez, postula os estados psicológicos do sujeito como que à parte da realidade, inacessíveis a terceiros. Já o solipsismo metodológico seria uma modalidade do psicológico, ou seja, os sentimentos e pensamentos do sujeito estariam como que isolados do mundo, uma vez que, nesta perspectiva, o “elo causal” entre os estados mentais e o comportamento manifestado seria não detectável. Finalmente, haveria também o solipsismo ontológico, o mais radical de todos, por assumir que teríamos convicção apenas de nossa própria existência. Dadas essas caracterizações de solipsismos, devemos ressaltar que, em todas elas, a ideia básica é que o sujeito estaria isolado, de alguma forma, do mundo em todas as suas manifestações.

Em relação a essa questão, Moreno *apud* Wittgenstein (2001, p. 238) estabelecem uma posição bastante específica restringindo o conceito ao campo da linguística, na qual definem que

o solipsismo lógico do sujeito transcendental, solipsismo muito diferente daquele da tradição filosófica: não se trata mais de um sujeito cuja impossibilidade de sair de si-próprio marca a posição solipsista que ocupa, mas de um sujeito sem limitações próprias nem uma linguagem própria – situações, em verdade, contingentes do sujeito empírico – e, contudo, inteiramente identificado ao limite da própria linguagem logicamente articulada, o que o torna, por conseqüência, idêntico ao mundo que pode ser expresso por essa mesma linguagem.

A abordagem de Wittgenstein (1994) é mais apropriada ao problema linguístico da expressão. Sobre esse tema, mais precisamente, o autor escreve: “Os limites de minha linguagem delimitam os limites de meu mundo” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 245), destacando que a questão do sentido, da língua e da linguagem é, antes de mais nada, um problema do eu.

Com efeito, a visão do filósofo nos conduz ao corolário de que, na realidade, a existência ou não do mundo exterior ao indivíduo não é passível inteiramente nem de refutação nem de confirmação. Isso porque, se para Wittgenstein a linguagem assumia uma forma unidimensional de se realizar formalmente, isto é, se ele toma a possibilidade de a limitação do mundo de um indivíduo derivar da limitação de sua linguagem, temos que concordar que o mundo, como tal, existe e o que nos falta é o recurso para o percebermos, carência essa que desponta no exercício da língua. No entanto, ao assumir que o mundo é como tal, também se assume que o mundo é como o filósofo o percebe. Segundo Sapir (1980) e Zavaglia e Martins (2016), a percepção da realidade é condicionada pelo aparato linguístico constituinte do sujeito.

A título de primeira conclusão, podemos deduzir que, fundado no problema do mundo e do eu, não se pode atribuir o sentido como baseado nos objetos, pois, embora possa haver como tais, não é possível haver uma terceira via de observação que assegure a transparência e o absolutismo da percepção da coisa. Afinal, o sujeito é limitado a ser exatamente aquilo que é. Portanto, ratifica-se o que Menezes (2014) defende: a atribuição do sentido apenas a nível sistêmico da língua, sem que isso implique qualquer relação direta ou indireta com o objeto a que ele se refere. Nas palavras de Ocker (2022, p. 37): “a palavra cria o mundo antes de representá-lo. O pensar e a língua são indissociáveis.”

Essa percepção implica a chegada a uma limitação em nossa própria investigação, porque, conforme já o expusemos, a expressão linguística não é cristalina, senão que

condicionada pelos elementos subjacentes ao seu emprego pelos falantes. Isso nos leva à consideração de que o sentido não pode ser entendido como algo universalmente compartilhado, pois o aspecto criativo de representação semiótica das línguas associa os sentidos por elas construídos a construtos compartilhados cuja carga semiótica está atrelada ao próprio sistema que o produziu, sem que, por isso, seja possível sua transcrição a outro modelo de língua. Assim sendo, uma vez que a pesquisa aqui impressa é redigida na língua portuguesa do Brasil, ela traz consigo iminentes os aspectos que a constituem como tal.

O SENTIDO E SEUS INFLUENCIADORES

Para analisarmos a construção da multiplicidade de sentidos atribuídos(veis) a uma mesma estrutura linguística, recorreremos a Pêcheux (2002) e Orlandi (2003, 2019) como ponto de partida. Tal movimento se deve ao fato de que entendemos a língua como um sistema produtivo; ou seja, como uma teia articulada de mecanismos com vistas a criar sentenças e estruturas lógico-afetivas. Isso implica compreendermos que o sentido não está, em última instância, atribuído completamente às palavras que o constroem.

Em seu texto mais conhecido, *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, Pêcheux (2002) analisa a construção “*On a gagné*”, proferida ao tempo da vitória do candidato F. Mitterrand na eleição para a presidência da república. Nesse texto, o autor afirma que:

[...] o enunciado “*On a gagné*” [“Ganhamos”] é profundamente opaco: sua materialidade léxicosintática (um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal “*gagner*” [“ganhar”], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável.

Assim, a interpretação político-esportiva que acaba de ser evocada não funciona como proposição estabilizada (designando um acontecimento localizado como um ponto em um espaço de disjunções lógicas senão com a condição de não se interrogar a referência do sujeito do verbo “*gagner*” [“ganhar”], nem a de seus complementos elidido. (PÊCHEUX, 2002, p. 23).

Em relação à composição do sentido em meio ao uso da língua, a Pragmática possui muito a contribuir, juntamente com a Análise do Discurso (AD). Nesse sentido, Orlandi (2019) postula que, mesmo estando necessariamente vinculada ao sistema linguístico como tal, o sentido (através do discurso) possui relativa autonomia em relação ao primeiro. Isso se deve ao fato de que a produção linguística e discursiva está inserida em um contexto baseado no

conjunto sujeito, tempo, lugar e momento. Ou seja, como Pêcheux (2002) afirma, a estrutura linguística *per se* não basta à construção semiótica se desvinculada da situacionalidade na qual foi elaborada.

Essa posição se distingue de Humboldt (1972), que assume a unidade linguística (palavra/forma) como aspecto imprescindível do sentido, colocando o sujeito linguístico à margem do processo representacional. Ou seja, se para Humboldt o sentido das palavras é estanque e determinante na construção do sentido, para Pêcheux e Orlandi, o contexto – no qual se insere o indivíduo – será capaz de mudar quase ou completamente o sentido atribuído às unidades lexicais.

Em relação a esse pensamento, Oliveira (2008, p. 81) estabelece que “o sentido é o uso! Isso pode significar o uso em um sistema linguístico ou em uma particular situação física”. Com efeito, se tomarmos em destaque o contexto de produção, determinadas estruturas podem vir a assumir um sentido muito distinto daquele arbitrariamente imposto a elas. Esse é o caso, por exemplo, do emprego das metáforas.

Cite-se que em 2022, ao cabo das eleições presidenciais e diante da derrota para seu rival político Luiz Inácio Lula da Silva, o então chefe de estado Jair Messias Bolsonaro se manteve por um longo tempo afastado das mídias. Um mês depois dos resultados, porém, o ainda presidente foi a público realizar um discurso. Nesse tempo, a escritora X escreveu-me, em uma mensagem, a seguinte sentença: *o cão feioso saiu da toca*. Evidentemente, ela não se referia a nenhum animal canídeo, mas ao político, cujas medidas governamentais marcaram negativamente todo o país.

É interessante, entretanto, notarmos como, ainda que o termo *cão* aqui seja empregado de modo a enfatizar o sentimento de aversão à figura do político e não preserve uma paridade semântica com o animal, há um ponto em comum que os une: o imaginário cultural.

Em relação a isso, é preciso estabelecermos que, ainda sendo textos de enorme relevo científico, tanto Orlandi quanto Pêcheux desconsideram em seus trabalhos a esfera linguístico-cultural em que produzem seu pensamento. Ou seja, a transparência do sistema, suposta para que seja possível a análise discursiva, exclui as subjacências semânticas que a própria forma das palavras enseja em seu uso. Isto é, a língua, a partir dessa perspectiva, pode ser observada sob dois enfoques, como um fenômeno óptico: **a.** observando-se as regras do sistema ou **b.** observando-se os efeitos de sentido produzidos por meio dos empregos lexicais em questão – o

que enfatiza não a forma, mas a substância, os campos semânticos em questão. Os teóricos vinculados à AD aqui citados se detêm no segundo tópico.

Sem embargo, é preciso que se considere o pensamento de Whorf (1978), a saber, que o sistema linguístico atua diretamente na construção dos sentidos acerca do mundo. Desse modo, se poderia dizer que:

Os modelos ideais não pairam sobre nossas cabeças em um mundo de harmonia. Eles são construtos demasiado humanos. Demasiado tolos e demasiado vazios para valerem tanto. O mundo é, antes de tudo, a imagem de um mundo (OCKER, 2022, p. 23).

Em síntese, ao entendimento do sentido como um todo, necessitamos uma conciliação entre as duas posições teóricas definidas. Se, por um lado, o sistema estabelece os limites do que, por herança cultural e idiomática, se concebe como mundo em sua totalidade, esse mundo é dado à guisa de ente *a priori* e, assim o sendo, dentro de tais limites, os sujeitos encontram espaço para empregar as formas estabelecidas com relativa liberdade criativa. Ou seja, a liberdade criativa – que ocorre à maneira de epítome da situacionalidade discursiva – é condicionada também à fortuna histórico-cultural da língua.

Em relação ao construto linguístico, consideramos que a língua em seu estado atual é resultante de uma série de processos evolutivos que confluíram para que essa se estabeleça como tal. Portanto, como afirma Sapir (1929, p. 162)²:

Não há duas línguas que sejam suficientemente semelhantes a ponto de que se considere que representem a mesma realidade social. Os mundos nos quais diferentes sociedades vivem são mundos distintos, não meramente o mesmo mundo com diferentes rótulos fixados em si.

Isso se deve à configuração histórica construída de modo que, inalteravelmente, o legado de um povo (refletido em sua língua, corolário da cultura) não pode nunca dele ser afastado. Tal característica se apresenta tanto a nível discursivo quanto estrutural.

Em relação ao primeiro, podemos observar, sobretudo em face da contemporaneidade, como determinados léxicos, expressões e sonoridades relacionam-se com motes históricos de um *ethos*. É dizer: o emprego de cargas linguísticas específicas denota uma posição social (e discursiva) construída historicamente. A exemplo disso, Tourinho (2022) elenca em seu trabalho uma série de palavras e termos como “mulata” e “meia tigela”, que ensejam

² Tradução de Ferreira de Mozillo (2021).

concepções forjadas no contexto da escravidão e cujo uso reitera um *modus pensandi* baseado no preconceito racial.

Quanto ao legado estrutural da língua, podemos estabelecer duas ordens de organização: gramatical e referencial. Digo gramatical referindo-me à forma propriamente dita; considerando a natureza dos verbos, nomes, adjetivos, presença ou não de caso e artigo etc. Nesse sentido, o exemplo das línguas românicas é bastante claro, haja vista que seu distanciamento da matriz latina as simplificou gramaticalmente na perda das declinações nominais e adjetivais (excetuando-se o romeno) e somou-lhes os artigos, que, em Latim, são ausentes.

No tocante ao que denominamos organização referencial, empregamos semelhante termo no intuito de aludir à referência linguística da matéria e aos sentidos estabelecidos em um sistema específico. Sobre esse tema, Jarvis e Pavlenko (2010) estabelecem oito domínios nos quais se podem averiguar as categorizações linguísticas nas quais podemos encontrar pesquisas dignas de menção: objetos, emoções, pessoa, gênero, número, tempo, espaço e movimento.

Acerca das variadas categorizações possíveis para os entes da linguagem, diversas pesquisas têm sido realizadas a nível empírico.

No que tange às categorias de objetos, Ferreira e Mozzilo (2021, p. 09) *apud* Malt, Sloman e Gennari (2003) e Malt et al. (1999) destacam que:

16 objetos chamados bottle (garrafa) em inglês são separados em sete categorias linguísticas em espanhol. Isso significa que falantes de inglês-LM que sejam aprendizes de espanhol precisam formar novas categorias conceituais com propriedades específicas que não são contempladas por sua LM, por exemplo, a distinção entre as garrafas para líquidos e as para sólidos.

A respeito das categorizações emocionais, Ferreira e Mozzilo (2021, p. 10) *apud* Pavlenko (2002) salientam que:

O inglês e o russo expressam emoções tanto com verbos quanto com adjetivos, essas línguas diferem quanto a qual tipo de estrutura tem dominância. Em um experimento no qual monolíngues de cada língua relataram suas impressões sobre um mesmo curta-metragem, os falantes de inglês descreveram emoções usando mais adjetivos (e, portanto, percebendo-as como estados), enquanto que os falantes de russo usaram mais verbos para se referirem às mesmas emoções (considerando-as, portanto, processos).

Quanto às formas pessoais, Barron (2006) sublinha as distintas marcações presentes no francês, russo e alemão, línguas nas quais o emprego dos pronomes de 2ª pessoa está

associado à hierarquia social (demarcada pela idade, status, grau de intimidade *etc*). Ou seja, para um falante não nativo, o aprendizado acerca do uso correto de tais formas necessita estar vinculado a uma aprendizagem propedêutica das normas sociais subjacentes, o que destaca uma necessidade de compreender a partir de outra perspectiva seus interlocutores.

A respeito do gênero gramatical, há interessantes pesquisas que destacam o grau de relevância desse tópico dentro da relação língua-sociedade-cultura. Boroditsky, Schmidt e Phillips (2003), por exemplo, revelam que falantes de línguas nas quais o gênero é gramaticalmente marcado são influenciados na percepção de objetos inanimados pelo gênero a eles atribuído. Zavaglia (1997) e Zavaglia e Martins (2016) partilham da mesma perspectiva ao demonstrarem as descontinuidades em relação à nomenclatura das cores em distintas línguas.

Sobre o número, segundo Ferreira e Mozzilo (2021, p. 10) *apud* Lucy (1992) “os falantes de línguas que marcam número morfossintaticamente (ex.: inglês) e os que falam línguas que não fazem essa marcação (ex.: yucatec) podem diferir no seu grau de atenção ao número de objetos ao descreverem uma situação”.

Segundo Casasanto *et al* (2004), o tempo também é um diferencial, por exemplo, entre inglês e espanhol. Em inglês, o tempo é concebido de forma linear (*long time*) e em espanhol, esse é entendido como uma quantidade (*mucho tiempo*). Em soma ao autor, o mesmo se pode dizer a respeito do português (muito tempo), do italiano (*molto tempo*).

No que se refere à noção de espaço, com base em Ferreira e Mozzilo (2021, p. 10) *apud* Bowerman (1996), as

relações espaciais que em inglês são codificadas linguisticamente com a preposição *on*, em holandês requerem três preposições: *op*, *aan* e *om* (BOWERMAN, 1996). Essa diferença representa uma dificuldade à parte para aprendizes de holandês-L2 falantes de inglês-LM, que terão que formar três novas categorias em sua interlíngua para dar conta das diferentes conceitualizações de espaço do holandês que não existem em sua LM.

Finalmente, sobre a questão do movimento, Ferreira e Mozzilo (*idem ibidem*) *apud* Berman e Slobin (1994)

demonstraram que narrativas sobre um livro de figuras obtidas de falantes de línguas *satellite-framed* como o inglês (que, para descrever eventos de movimento, codifica modo no verbo e caminho/ trajetória em advérbios e preposições – ex.: *they ran into the house*) contêm mais detalhes sobre padrões motores, velocidade e qualidade dos movimentos do que as narrativas feitas por falantes de línguas *verb-framed*, como o espanhol (que codifica a trajetória no verbo e, opcionalmente, modo em outro verbo, no gerúndio – ex.: *entraron corriendo a la casa*).

Em suma, se pode perceber que as regras subjacentes no “jogo” linguístico não podem ser descartadas, mesmo em termos de análise discursiva, pois é precisamente o sistema o que estabelece os limites do compreensível, mas não do que seria, em tese, do mundo em relação ao sujeito, conforme Wittgenstein (1994) afirma. Assim, portanto, o modelo de pensamento moldado a partir de uma base idiomática específica carrega traços específicos, cuja reprodução integral em outro molde sistêmico é inviável, ainda que a realidade *per se* possa estar distanciada dos limites impostos ao sujeito linguístico.

Conclui-se, portanto, que: **a.** a língua é composta como uma herança histórico-cultural de um povo; **b.** o contexto de produção das sentenças participa da construção do sentido no momento da enunciação e **c.** o sistema linguístico concebe moldes de pensamento (cuja origem dialoga com a cultura e a forma; é dizer: a cultura emerge da língua, como a língua da cultura).

Diante disso, nos deparamos, mais uma vez, com a necessidade de conciliação entre sistema e uso. Perante o referencial teórico até o presente momento levantado para essa pesquisa, nos parece comprovável afirmar que, muito embora o uso (e todos os elementos a ele associados) conflua para formar o sentido a nível imediato no emprego lexical para a construção de sentenças comunicativas, os limites do imaginário passível de apreensão no âmbito da fala espontânea estão subscritos na égide do que histórica, social e culturalmente se concebeu como o sistema da língua.

A NATUREZA DO SENTIDO

Para uma análise mais adequada acerca da natureza do sentido, buscamos em Vygotsky (1987, p. 276) a definição que o autor toma, a ver:

Paulhan afirma que o sentido da palavra é complexo, fluido e está em mudança permanente. De alguma maneira ele é único para cada consciência e para uma consciência individual em circunstâncias diferentes. Nesse aspecto, o sentido da palavra é inesgotável. A palavra adquire sentido numa frase. A frase em si mesma adquire sentido porém no contexto do parágrafo, o parágrafo no contexto do livro, e o livro no contexto dos trabalhos escolhidos do autor. Finalmente, o sentido da palavra é determinado por tudo o que na consciência está relacionado com aquilo expresso na palavra.

Conforme se pode depreender, a posição vygotskyana se alinha, por um lado, com a definição já então apresentada no presente trabalho de Solipsismo Semântico, cuja visão da realidade é demarcada por um enfoque na definição individual do conceito. Por outro, semelhante proposta dialoga com a visão de Pêcheux acerca da importância do contexto de

produção na construção do sentido. Se partimos de uma análise psíquica (como o fazem Vygotsky e Lacan), é possível, em alguma medida, encontrar razão em tal pensamento. Do mesmo modo, uma visão estritamente voltada à *práxis* linguística se pode fundamentar no conceito de extrema volubilidade semântica da palavra.

Sem embargo, ambas as perspectivas parecem insuficientes à compreensão plena do que vem a ser o sentido.

Antes, todavia, de expormos a proposta teórica que objetivamos estabelecer para o presente problema, é mister que delimitemos duas questões em jogo nas correntes linguísticas com as quais estamos trabalhando:

- a. para a corrente dita *hard* dentro da linguística, o sistema é protagonista, inclusive a nível de composição de sentido. Ou seja, o sentido está na palavra.
- b. para a corrente dita *soft*, o destaque é dado ao uso, tal que o sentido passa a estar atrelado ao emprego prático da língua por seus falantes.

Tendo em vista esse dilema, se apresenta uma inquietação: uma visão cindida entre o sistema e seu uso evidencia uma visão de que a estrutura linguística, isto é, o sistema é transparente em seu emprego e que apenas o contexto de produção será responsável por salientar as multiplicidades semânticas possíveis na comunicação. Isso, porém, não se mostrou verdadeiro.

Desse modo, tomo de empréstimo o Paradoxo do Estádio, atribuído a Zenão (500-451 a. C.), para estabelecer uma possibilidade conciliativa ao problema. No paradoxo em questão, o filósofo pré-socrático trabalha com a questão do infinito através da alegoria de um estádio. O estudioso destaca que, para se cruzar o lugar, é preciso, primeiro, se atingir a metade do caminho. Em seguida, a metade da metade; depois, a metade da próxima resultante e assim sucessivamente. Desse modo, a sequência das divisões resultará em uma continuidade ilimitada de frações cuja soma será diferente do número inteiro (KOUZNETSOV, 1974).

No contexto da física, como nos apresenta Boris Kouznetsov, o problema em questão se detém sobre a questão do infinito a nível numérico. No entanto, ao olhar linguístico, é também possível traçarmos considerações a esse respeito.

A princípio, temos a ambiguidade do limite e da infinitude, pois o estádio está restrito aos limites que o circundam. Sem embargo, dentro de tais limites, ele é infinito, pois pode ser dividido infinitas vezes sem esgotar-se. O sistema linguístico corresponde, assim, aos limites

do estádio, responsáveis por demarcar (aqui apenas por aproximação) as fronteiras entre as línguas. Ao mesmo tempo, o espaço interior do estádio, demarcado pelas paredes que desenham sua estrutura, representa a substância linguística, as múltiplas possibilidades de sentidos construídos(íveis) a partir de um construto pré-estabelecido e, ainda que circunscrito aos limites que lhe são inerentes (forma, história e cultura), tem a capacidade de produzir uma gama de sentidos, se não infinita, impossível de ser mensurada.

Nesse mesmo caminho, as dimensões do estádio, a coloração da grama, o material usado em suas fundações não influirá na infinitude de sentidos possíveis de ser construídos sobre uma base específica. Não obstante, o formato do estádio mudará a resultante das medidas numéricas em questão. É dizer, se o estádio possui um raio de 50m e outro de 65m, seus infinitos, na aporia numérica de Zenão, terão valores numéricos distintos. Por alegoria, então, a correspondência semântica produzida em diferentes línguas será estruturalmente distinta, senão por serem “divisíveis” por um mesmo número. Ou seja, por serem um construto atrelado atavicamente à condição de humanidade daquele meio social em que se cunhou. Isso é confluir para a noção chomskyana de que a língua é inerente à natureza biológica da humanidade enquanto espécie.

Outrossim, tal hipótese nos leva a considerar que, se o sentido é tal como defendemos, então, vez mais uma a presente possibilidade se encontra com seus próprios limites linguísticos, pois, como reafirmo, a concebemos a partir de um modelo de mundo calcado no legado platônico ocidental. Legado esse que se baseia na noção de que:

O mundo sensível é o lugar onde o corpo do homem se encontra. Neste lugar são encontradas as coisas múltiplas, ou seja, este é o mundo onde o homem encontra os objetos que derivam das ideias. Estes objetos são percebidos apenas pelos sentidos, o que faz deles sombras da sua forma essencial. Perceber as coisas aqui, não significa que as conheça. Para apreendê-las é necessário que o homem acesse a inteligibilidade. A sensibilidade, neste sentido, é uma derivação do mundo inteligível (JUNGLHAUS, 2010, p. 14).

Com isso, o próprio *modus pensandi* subjacente à estrutura linguística aqui empregada ratifica um condicionamento do pensamento em relação à língua e dela em relação a uma série de estruturas metalinguísticas intrínsecas a ela.

Nesse sentido, portanto, não se poderia definir propriamente – senão estritamente circunscrita a um sistema de pensamento específico – a substância do sentido, mas somente, e, por ora, apenas de um modo bastante propedêutico, a forma atribuível ao primeiro.

Isso, na verdade, conflui para um impasse em razão do afirmado no parágrafo anterior. Afinal, se definimos também uma determinada estrutura semiótica do sentido, estamos também circunscrevendo-o à semiótica própria do português brasileiro. Nesse sentido, embora o que nomeamos “forma” objetiva, por essa alcunha, definir o aspecto mais abstrato do sentido, não podemos a ela nos limitar integralmente. Ou seja: a concepção conceitual de forma pode também estar influenciada pela percepção linguística de forma. Assim que necessitamos admitir que a condição de humanidade, paradoxalmente ou não, impede um juízo objetivo a despeito do método e do critério investigativo aqui adotado.

Sem embargo, há algo observável seguindo por semelhante perspectiva: o fato de o sentido não assumir um caráter absolutamente abstrato; isto é, desprovido em absoluto de um modelo formal possível de se elaborar. Sobre esse tema, numerosos trabalhos foram produzidos, como o de Locke (1991, p. 207-208; 210), obra na qual o autor afirma que:

o uso de palavras consiste nas marcas sensíveis das ideias, e as ideias que elas enunciam são seus significados adequados e imediatos [...] na medida em que há uma conexão constante entre o som e a ideia, e uma designação de que um significa o outro”.

Isso implica, pois, concebermos que

A esse modo, as palavras apenas traduziriam, univocamente, uma conexão sonora com as ideias, não passando de imagens verbais ou traços armazenados no cérebro mediante a audição e a pronúncia. Nessa medida, se toda percepção é a ressonância, na consciência, de uma excitação sensorial, as palavras nada mais são do que traços cerebrais resultantes dessas excitações vistas ou ouvidas. (SILVA, 2012, p. 137).

Seguindo esse pensamento, pois, tanto para as correntes empiristas quanto para as intelectualistas, a palavra é vista como “apenas um fenômeno articular, sonoro, ou a consciência desse fenômeno. Em qualquer caso, a linguagem é apenas um acompanhamento exterior do pensamento” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 206). Evidentemente que essa visão não apenas é insustentável frente às citadas referências da Linguística Saussureana e Pós-Saussureana, como não é capaz de atender aos problemas fundamentais da língua; sobretudo, o do sentido e aqueles que a ele se relacionam. É dizer: trata-se de um recorte de pouca serventia à compreensão do problema aqui colocado.

Todavia, o sentido, para que se constitua como um elo socialmente compartilhado até um determinado ponto, tal que seja possível a comunicação, precisa estar vinculado a algo também compartilhado por aquela sociedade, ao mesmo tempo em que esteja inscrito em uma rede de possibilidades discursivas que lhe confirmem distintas acepções. É dizer: o sentido, ainda

que abstrato, possui uma natureza ambígua; dupla e análoga ao modelo que lhe concebe Saussure (significado-significante). Em suma, o sentido também precisa ter um aspecto telúrico que permita a significação compartilhada e outro que lhe abrigue a multiplicidade de significações atribuíveis.

Tal visão, entretanto, ainda que se refira a algo que objetivamos apartar em alguma medida das condições de produção do discurso então produzido a seu respeito, sempre se encontrará em digladição com o problema já citado do solipsismo. Ou seja, o sentido não pode ser estudado como um ente objetivo e passível de análise *per se*. Dessa sorte, sua análise está intrinsecamente ligada à sua própria relação com os conjuntos significantes a ele relacionados, sejam eles os aspectos estruturais de um idioma ou elementos metalinguísticos presentes na comunicação.

Semelhantes problemas se apresentam justamente porque a senda de definir-se a natureza do sentido não corresponde à união e conciliação de múltiplos pontos de vista sobre o mesmo ponto, mas à percepção de que os pontos em comum entre eles encontram-se “embaralhados em um nível conceitual abstrato, tal que a identificação absoluta é impossível, bem como a desidentificação absoluta. Afinal, o sentido, como destaca Oliveira (2008), não se pode ignorar, é compreendido em sua (quase) integralidade no seu emprego imediato.

O que dizemos com isso não é uma contradição à proposta então levantada, acerca da dupla natureza do sentido. Contudo, vale destacarmos que, ao dizermos que o sentido possui parte telúrica e parte inconcreta, assumimos, ao mesmo tempo, o comportamento ilimitável de sua segunda face. Tal ilimitabilidade, porém, não se deve ao fato de ter ela propriamente recursos linguísticos bastantes a que lhe chamemos infinita, mas porque não possuímos e tudo conflui para que sigamos não possuindo suficientes recursos para mapear todas as funcionalidades semânticas de uma língua. Virtualmente, isso a torna infinita. Todavia, como língua humana, todo e qualquer idioma estão inelutavelmente vinculados a um limite existencial: a própria condição de humanidade.

A condição de humanidade é um limite ontológico das línguas, que emergem do humano. Isso as limita, na medida em que somente alguns sons muito restritos são passíveis de produção pelo aparelho fonador, assim como determinadas vivências “extraespecíficas” nos são, em absoluto, impossíveis simplesmente por ser o ser nada mais do que aquilo que lhe ofertam suas possibilidades existenciais. Em resumo, o que é humano não pode deixar de sê-lo

e, sendo-o, não é mais ou menos do que aquilo que lhe é possível ser. Quiçá, se fosse suficiente a compreensão humana da linguagem animal (a ponto, inclusive, de saber se os primeiros se desenvolveram cognitivamente o bastante para possuir uma língua), talvez, então, fosse possível notar a profundidade das diferenças na representação de mundo ali contidas. Relembrando, todavia, o que Wittgenstein (1994) aponta, a própria limitação inerente à condição humana coloca o sujeito frente a uma limitação na compreensão da realidade por ele experienciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, nos detivemos sobre o problema da natureza do sentido a nível linguístico. Destacamos que nossa abordagem se concentra sobre um viés filosófico de abordagem, de modo que não temos como finalidade chegar a um esgotamento do tema.

Ao longo da pesquisa, analisamos a relação da palavra com o sentido, contrastando, para isso, diversos(as) autores(as), com evidência para Humboldt e Saussure. Concluiu-se que a palavra não tem relação direta com os objetos que nomeia (quando o faz), senão que a tem com uma rede sistêmica de signos e convenções constituídos social, cultural e historicamente em cada sociedade.

Em seguida, tal discussão nos conduziu para o problema do Solipsismo. Em termos filosóficos, semelhante desafio se revelou necessário, na medida em que uma definição da natureza do sentido encontra-se intimamente vinculada à certidão da experiência do mundo vivenciada pelo sujeito que a investiga. Isso, todavia, se digladiava com a limitação do próprio sujeito em relação à impossibilidade de separar-se de si mesmo para se pôr em contato com o objeto, tal que, em última análise, toda a percepção do mundo como algo externo ao eu é inconclusiva, pois não possuímos suficientes elementos para delimitar se a experiência individual pode ir mais além de si mesma ou se o mundo não figura mais que experiência particular um sujeito.

Isso, sem embargo, não implica a rejeição do mundo exterior ao eu, o que implicaria um solipsismo radical, mas estabelece um limite ao pensamento, uma vez que o eu não possui elementos para conhecer se o mundo é como é ou se é sua impressão. Na verdade, seguindo

pela corrente do Relativismo Linguístico mais radical, qual o de Wittgenstein, a língua é o que condiciona a visão de mundo do sujeito.

Em suma, o solipsismo na linguagem consiste exatamente no fato de não haver uma “terceira via” de observação do mundo, tal que não se possa desvencilhar o eu e a língua no processo de construção da realidade.

Nesse sentido, coube realizarmos um levantamento de alguns dos referenciais teóricos que se detiveram sobre os influenciadores exógenos do sentido. Desse modo, estabelecemos duas macro possibilidades a partir de uma corrente dita *soft*, que se funda na importância do uso da língua e seu contexto de produção para compor o sentido; e de outra, alcunhada *hard*, que se concebe baseada na importância do sistema linguístico para a composição semântica.

Ao largo da análise, voltou a emergir a questão do Relativismo, explicitada pelos estudos acerca das distintas categorias linguísticas e de como diferentes categorizações implicam diferenças na concepção de mundo do falante.

Finalmente, propusemos, na última seção do presente trabalho, uma alegoria no objetivo de clarificar o fenômeno em questão e – em alguma medida – conciliar as vertentes teóricas aqui empregadas. Para tanto, nos valem do Paradoxo do Estádio, atribuído a Zenão. Em síntese, tal paradoxo alia duas questões sem que se anulem: o limite e a infinitude.

Assim sendo, por meio do exemplo, estabelecemos que o sistema opera como os limites do estádio e o uso, como seu interior. Este, por sua vez, embora limitado, é numericamente infinito. Destarte, o sentido, ainda que condicionado aos “moldes” linguísticos que o sistema lhe oferece, possui relativa autonomia criativa no contexto do emprego cotidiano do idioma por seus falantes.

Em suma, no presente texto, refletimos sobre a natureza do sentido e os diversos elementos intrínsecos a ela. Certamente, nossa reflexão não almeja esgotar o tema (e não lograria se o tentasse). Ao mesmo tempo, contudo, objetivamos oferecer, mesmo que em parte, ferramentas a uma futura e mais aprofundada análise acerca de semelhante problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRON, A. Learning to Say “You” in German: The Acquisition of Sociolinguistic Competence in a Study Abroad Context. *In*: DUFON, M.; CHURCHILL, E. (org.). **Language Learners in Study Abroad Contexts**. Clevedon: Multilingual Matters, 2006. p. 59-88.

BERMAN, R.; SLOBIN, D. **Relating events in narrative: A crosslinguistic developmental study.** Mahwah, NJ: Erlbaum, 1994.

BORODITSKY, L.; SCHMIDT, L.; PHILLIPS, W. Sex, syntax, and semantics. *In: GENTNER, D.; GOLDIN-MEADOW, S. (org). **Language in mind: Advances in the study of language and thought.** Cambridge, MA: MIT Press, 2003. p. 61-79.*

BOWERMAN, M. Learning how to structure space for language: A crosslinguistic perspective. *In: BLOOM, P.; PETERSON, M.; NADEL, L.; GARRETT, M. (org). **Language And Space.** Cambridge, MA: MIT Press, 1996. p. 385-436.*

CARDOSO, E. N.; BUDAG, F. E. Relativismo Linguístico: Como a língua pode mudar nossos pensamentos. **Revista da Graduação da Faculdade Paulus de Comunicação - FAPCOM**, São Paulo, v. 14, n. 7, p. 98-113, 2021.

CASASANTO, D.; BORODITSKY, L.; PHILLIPS, W.; GREENE, J.; GOSWAMY, S.; BOCANEGRA-THIEL, S.; SANTIAGO-DIAZ, I.; FOTOKOPOULU, O.; PITA, R.; GIL, D. How deep are effects of language on thought? Time estimation in speakers of English, Indonesian, Greek, and Spanish. **Annual Conference of the Cognitive Science Society.** Chicago, 2004. p.186-191.

CASTRO, J. C. L. de. O inconsciente como Linguagem: De Freud a Lacan. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 1-12, jul. 2009.

CUNHA, A. P. Contrastando Sapir (d)e Whorf na 'Hipótese Sapir-Whorf. **Revista do SETA: XVI Seminário de Teses em Andamento**, Campinas, v. 5, 2011.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures.** The Hague: Mouton, 1957.

CHOMSKY, N. **Review of Skinner.** *Language*, 35. 1959. p. 26-58.

CHOMSKY, N. **Aspects of the Theory of Syntax.** Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. **Linguística Cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista.** Petrópolis: Vozes, 1972.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding.** Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. **Knowledge of Language: its origin, nature and use.** New York: Praeger, 1986.

CHOMSKY, N. **The Minimalist Program.** MIT Press, 1995.

FARIA, D. L. DE; RODRIGUES, C. Linguagem, natureza humana e cognição: Wittgenstein e o problema mente-corpo. **Ciências & Cognição**, v. 16, n. 1, abr. 2011.

FERREIRA, R. C.; MOZZILO, I. Transferência conceitual: o relativismo linguístico na aprendizagem de segunda língua. **Alfa: Revista de Linguística**, São José do Rio Preto, v. 65, 2021.

FORQUIN, J. C. O currículo entre o relativismo e o universalismo. **Educação & Sociedade**, n. 47, dez. 2000.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. **Revista Fundamento**, n. 3, 2012.

HUMBOLDT, W. K. von. **Schriften zur Sprachphilosophie (Werke III)**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2002.

HUMBOLDT, Wilhelm Karl von. **Sobre el origen de las formas gramaticales y sobre su influencia en el desarrollo de las ideas – Carta a M. Abel Rémusat sobre la naturaleza de las formas gramaticales en general y sobre el genio de la lengua china en particular**. Barcelona: Anagrama, 1972.

JARVIS, S.; PAVLENKO, A. **Crosslinguistic influence in language and cognition**. New York: Routledge, 2010.

JUNGLHAUS, T. **O ANTIPLATONISMO DE NIETZSCHE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

KOUZNETSOV, B. **História da Filosofia para Físicos e Matemáticos**. Moscou: Naúka, 1974.

LACAN, J. J. **Autresécrits**. Paris: Seuil, 2001.

LACAN, J. J. **Écrits**. Paris: Seuil, 1966.

LOCKE, J. **An essay concerning human understanding**. London: Everyman's Library, 1991.

LUCY, J. **Language diversity and thought: A reformulation of the linguistic relativity hypothesis**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

LUCY, J. A. Linguistic Relativity. *In: Annual Review of Anthropology*, v. 26, p. 291-312, 1997.

MALT, B.; SLOMAN, S.; GENNARI, S. Universality and language specificity in object naming. **Journal of Memory and Language**, v. 29, p. 20-42, 2003.

MALT, B.; SLOMAN, S.; GENNARI, S.; SHI, M.; WANG, Y. Knowing versus naming: Similarity and the linguistic categorization of artifacts. **Journal of Memory and Language**, v. 40, p. 230-262, 1999.

MARTINS, S. de C.; ZAVAGLIA, C. O relativismo linguístico dos nomes populares das espécies da fauna e da flora. **Tradterm**, v. 40, p. 227-249, 2021

MENEZES, J. C. Tradução, diferentes visões de linguagem, pós-estruturalismo e psicanálise: um diálogo. **Littera Online**, n. 8, 2014.

MERLEAU-PONTY, M. **Phénoménologie de laperception**. Paris: Gallimard, 1945.

MORENO, A. R. Wittgenstein e os valores: do solipsismo à intersubjetividade. **Nat. hum.** São Paulo, v. 3, n. 2, p. 233-288, dez. 2001.

OCKER, A. V. Entre o exótico e erótico: um diálogo sobre transgeneridade. **Trama Bodoque**, Juiz de Fora, v. 4, n. 148, 2022.

OCKER, A. V. **Sínteses**: entre o poético e o filosófico. Belém: Worges, 2022.

OLIVEIRA, J. A. de. Os sentidos da linguagem. **Organicom**, v. 5, n. 9, p. 77-89, 2008.

ORLANDI, E. P. O lugar das sistematicidades linguísticas na análise de discurso. *In*: **DELTA**: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 10, n. 2, 2019.

ORLANDI, E. P. Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *In*: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO. 2003, Porto Alegre, RS. **Anais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

PAVLENKO, A. Bilingualism and emotions. **Multilingua**, v. 21, p. 45-78, 2002.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. São Paulo: Pontes. 2002.

PLATÃO. **Crátilo**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001.

RODRÍGUEZ, A. M. Universalismo e relativismo linguístico. **Revista Philologus**. Rio de Janeiro, 2007.

SAPIR, E. **A linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 1980

SAPIR, E. **A Linguagem**: Introdução ao estudo da fala. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1954.

SAPIR, E. Conceptual categories in primitive languages. *In*: **Science**, Washington, v. 74, 1931.

SAPIR, E. The status of linguistics as a science. *In*: **Language**, Washington, v. 5, p. 207-214, 1929.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix. 2012.

SILVA, C. A. de F. A Estrutura do Sentido: Goldstein e Merleau-Ponty. *In: Trans/Form/Ação*, Marília, v. 35, n. 3, p. 133-156, set./dez. 2012.

SILVA, E. I. C. da. **Diferenças entre filosofia e ciências**. Belo Jardim: Academia Brasileira de Filosofia, 2019.

TOURINHO, F. S. V. **Tire o racismo do seu vocabulário**: Glossário de palavras racistas e suas substituições. Florianópolis: UFSC, 2022.

VYGOTSKY, L. Thinking and Speech. *In: The Collected Works of L. S. Vygotsky*. Nova York: Plenum Press, 1987.

WHORF, B. L. **Language, thought, and reality**. 30. ed. Cambridge: MIT Press, 1978.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ZAVAGLIA, Claudia. **Cromônimos no italiano e no português do Brasil**: uma análise comparativa. 1997. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ZAVAGLIA, C.; MARTINS, S. de C. Simetrias e assimetrias na representação linguística: o caso das unidades lexicais formadas por nomes de cores. *In: Revista do GEL*, v. 13, n. 1, p. 11–30, 2016.